

O sistema urbano português. Dinâmicas contemporâneas e diversidade regional: evolução demográfica e bem-estar social¹

Maria João Guardado Moreira²

Teresa Ferreira Rodrigues³

Filipa de Castro Henriques⁴

Resumo:

A investigação na área dos estudos urbanos em Portugal permitiu conhecer as características principais que definem esses espaços. Faltava, no entanto, uma análise evolutiva de longa duração do processo, relacionando-o com as alterações verificadas em termos das suas características físicas e de funcionalidade. Desde a segunda metade do século XIX o crescimento demográfico português é sobretudo urbano. A partir dos anos 60 acentua-se o processo de urbanização nacional, sobretudo através do alargamento das áreas de influência das cidades de Lisboa e Porto e o consequente desenvolvimento das suas áreas metropolitanas. A partir daí dá-se uma alteração nas formas de utilização do espaço urbano. As cidades perdem residentes nas zonas centrais e núcleos históricos. O estudo termina com a apresentação do *ranking* das cidades

1 Trata-se da disseminação de conclusões de um projecto bianual financiado pela Fundação de Ciência e Tecnologia (2006-2008), *História da População Portuguesa. Das grandes permanências à conquista da modernidade* (POCI/DEM/57987/2004). As autoras contaram também com o apoio da Direcção Regional das Comunidades do Governo Regional dos Açores. Uma primeira versão foi apresentada no *VIII Congresso de la Asociación de Demografía Histórica que decorreu em Maó (Menorca)*, 31 de Maio a 2 de Junho de 2007, na sessão «*Poblamiento y sistemas urbanos en la Península Ibérica: pasado y presente*».

2 Professora Adjunta na Escola Superior de Educação de Castelo Branco do Instituto Politécnico de Castelo Branco.

3 Professora Associada com Agregação na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

4 Assistente Convidada na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

portuguesas em termos de qualidade de vida e a discussão sobre as suas potencialidades futuras de crescimento.

Palavras-chave: dinâmica demográfica, centros urbanos, cidades, qualidade de vida.

Abstract:

Recent Portuguese research on urban issues has allowed a deeper understanding of the main characteristics of those centres. Yet, a long term chronological analysis of their evolution process remains undone. From the second half of the 19th century onwards, Portuguese demographic growth was mostly urban. Since the 60s the urbanization process was mainly due to the increase of Lisbon and Porto urban areas, leading to new forms of urban utilities and the rise of two metropolitan areas. In spite of major local differences, national cities lose inhabitants in their functional and historical areas. Our study ends with a ranking presentation of Portuguese cities, in terms of quality of life and the discussion on their future potentialities and growth challenges.

Key words: demographic dynamics, urban centres, cities, quality of life.

Résumé:

La recherche dans le domaine des études urbaines a permis des avancées significatives au niveau des caractéristiques principales qui définissent ces espaces. Il reste, néanmoins, à effectuer une analyse évolutive de longue durée de ce processus, en le rapportant avec les modifications vérifiées en termes de caractéristiques physiques et de fonctionnalité. Depuis la 2ème moitié du XIXe siècle, la croissance démographique portugaise est surtout urbaine. À partir des années 60, le progrès d'urbanisation nationale s'accroît, appuyée sur l'élargissement des secteurs d'influence des villes de Lisbonne et du Porto et le conséquent développement de leurs territoires métropolitains. Dès cette époque, on assiste à une modification dans les formes d'utilisation de l'espace urbain. Les villes perdent résidents, surtout dans leur centre fonctionnel et quartiers historiques. L'étude se termine avec la présentation du rang des villes portugaises, en termes de qualité de vie et potentialités de croissance futures.

Mots-clé : dynamique démographique, centres urbains, villes, qualité de vie.

INTRODUÇÃO

A investigação multidisciplinar na área dos estudos urbanos tem registado avanços significativos em Portugal, ao nível do entendimento sobre as suas características específicas e diferencialidade interna. Falta, no entanto, uma análise evolutiva do processo de formação da

rede urbana, que a relacione com as alterações verificadas no tecido económico e na sociedade portuguesa. O sistema urbano nacional mantém ainda hoje traços herdados do período medieval, que claramente diferenciam a parte norte da parte sul do País. Na primeira predominam as pequenas aldeias e vilas, na segunda os centros urbanos de relativa dimensão e Lisboa, a grande cidade portuguesa de sempre. Historicamente, os núcleos populacionais com funções urbanas cresceram a ritmos mais intensos que as zonas rurais desde finais do século XV, embora essas diferenças aumentassem em função das conjunturas nacionais e locais. Veja-se o caso dos portos marítimos vocacionados para a construção naval, a pesca e a navegação de curto, médio e longo curso na Época Moderna. A partir da segunda metade do século XVIII o crescimento demográfico tende a privilegiar os núcleos populacionais do litoral. De início o processo foi lento e favoreceu sobretudo a faixa norte, na sequência da intensificação dos tratos com o continente americano, para em seguida se estender ao demais território e em breve privilegiar as zonas centro e sul. Mas as grandes alterações ocorrem na segunda metade do século XIX, embora mantendo as dicotomias norte/sul e litoral/interior, mau grado a existência de pólos isolados no interior. O final da década de 70 marcou no país o início de uma fase positiva, que se prolongou até 1911. A população cresceu. Tratou-se de uma época áurea de aumento das zonas de Lisboa, Porto e Covilhã, em resposta ao impacto positivo originado pelo processo de desenvolvimento industrial (Rodrigues, Pinto, 1997: 7-8).

Mas apesar destas dinâmicas Portugal continuará a ser um País de escassa urbanização, polarizada entre duas grandes cidades (Lisboa e Porto), situação que reflecte um atraso no contexto europeu e que se acentuou progressivamente. Durante o século XX o crescimento demográfico português foi influenciado pela imigração e pelas migrações internas para áreas mais industrializadas, na sua quase totalidade urbanas. Os principais perdedores neste processo são o norte e o interior norte e centro, onde a saída de efectivos foi dupla, para outras zonas e para fora do país. Por contraste crescem as áreas à volta da capital, bem como a Invicta e concelhos limítrofes. A partir dos anos 60 acentua-se o processo de urbanização, designadamente através do alargamento das áreas de influência das duas grandes cidades e expansão das respectivas áreas envolventes. Alteram-se as formas de utilização dos espaços urbanos. A maior parte dos centros urbanos terciarizam-se e perdem residentes, sobretudo nos núcleos históricos. Este fenómeno é recente e original em termos nacionais, com impactos

futuros ainda não totalmente avaliados. Desejamos neste estudo apreender as dinâmicas que explicam os modelos de reordenamento do espaço urbano nacional nas últimas décadas. Para tanto, cruzamos informações de tipo demográfico com indicadores de carácter económico e social, níveis de instrução, poder de compra, sectores de actividade e taxa de emprego, condições de habitabilidade e outros indicadores com significado estatístico. Procurámos estabelecer um *ranking* dos centros urbanos em Portugal, em termos de qualidade de vida e potencialidades de crescimento. Este aspecto rodeia-se de alguma importância no Tábua dos cenários de evolução possível da realidade portuguesa, sobretudo no que concerne ao futuro das cidades de média dimensão, nas quais se centram grandes expectativas no combate aos fenómenos de envelhecimento e despovoamento do território.

Em termos metodológicos, a análise do sistema urbano português não está isenta de dificuldades, que derivam dos dados estatísticos existentes. Se por um lado, o próprio conceito de «cidade» é complexo e conheceu várias formulações, por outro, a multiplicidade de pontos de vista e de critérios utilizados na sua definição (administrativos, jurídicos, estatísticos) dificulta a comparação dos resultados (Moreira, Rodrigues, 2008).

A informação sobre o número de cidades e a evolução dos residentes urbanos constam dos *Recenseamentos Gerais da População Portuguesa*, realizados com periodicidade quase decenal a partir de 1890. Até 1940 as estatísticas restringem a perspectiva de recolha a critérios de ordem administrativa, baseados no regime jurídico de cidade. De acordo com este princípio, adquiriram esse estatuto os núcleos populacionais capitais de distrito e as sedes de diocese e de tribunal de comarca (o que incluía algumas sedes de concelho). Este critério não considerava as dimensões demográficas. Até 1930 eram contabilizados como urbanos os habitantes em cidades e vilas cabeça de concelho; em 1940 os indivíduos em aglomerações com 2 mil ou mais efectivos; e a partir de 1960 os residentes na capital de distrito e qualquer outro núcleo que contasse 10 mil ou mais almas. Em 1992, o Instituto Nacional de Estatística (INE), confrontado com a necessidade de clarificação e padronização de critérios, iniciou um conjunto de estudos que tiveram um primeiro resultado em 1996. Dividiram-se os concelhos do País em urbanos, semiurbanos e rurais. Em 1997, associou-se ao INE a Direcção-Geral do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Urbano (DGOTDU), no sentido de harmonizar os critérios já definidos com outros próprios do ordenamento e planeamento do território. O resultado

foi a construção de uma *Tipologia das Áreas Urbanas*, composta por três níveis: Áreas Predominantemente Urbanas, Áreas Medianamente Urbanas, Áreas Predominantemente Rurais (INE/DGOTDU, 1999: 9-13). Saliente-se, todavia, que o cálculo que o INE tem feito da população urbana inclui as cidades oficialmente consideradas mais as sedes de concelho⁵. No entanto, continua a haver dificuldades em contabilizar a população urbana portuguesa, apesar de em 2004 o INE ter publicado uma base de dados georreferenciada para o conjunto das 141 cidades existentes à data.

Muitas são as críticas que podemos fazer à qualidade destes dados, baseados no predomínio de critérios jurídico-administrativos, que nem sempre correspondem a uma realidade de vivência urbana: a) algumas vilas e aglomerados possuem mais residentes que certas cidades; b) os limiares populacionais adoptados são demasiado baixos para que possamos afirmar sem qualquer dúvida que todos os centros assim seleccionados desempenham de facto um papel social e económico «urbano» (Vieira, 1978: 107-109); c) e porque existe uma dificuldade gradual em identificar os limites urbanos, visto os subúrbios formados por residências, grandes superfícies comerciais ou equipamentos de lazer se estenderem a zonas limítrofes, já consideradas rurais. (Salgueiro, 2006:178).

As diferentes abordagens à temática da urbanização, a complexidade dos respectivos conceitos e as falhas de informação estatística tornam, pois, complicada a abordagem desta questão numa óptica plurissecular. Para contornar esta dificuldade entendemos ser mais correcto utilizar a informação compilada por Anabela Nunes (1989), que trabalha os centros a partir de certa dimensão populacional, situando assim numa perspectiva estritamente demográfica a abordagem da evolução do processo de urbanização. Mesmo nesta óptica

5 «Em Portugal cidade refere-se a um aglomerado populacional que a dada altura foi elevado a esta categoria por uma entidade político-administrativa (rei ou parlamento)» (Salgueiro, 2006: 176-189). Actualmente são a Assembleia da República e as Assembleias Regionais dos Açores e da Madeira que decidem sobre a elevação dos lugares à categoria de cidade. A Lei nº 11/82 de 2 de Junho enuncia os critérios necessários, que passam por um mínimo populacional (mais de 8 000 eleitores) e pela existência de certo número de equipamentos e infra-estruturas. No entanto, razões de ordem histórica, cultural e arquitectónica podem justificar uma ponderação diferente destes requisitos. Mesmo com estes critérios o processo de elevação de lugares a cidades levado ao aparecimento de grupos heterogéneos de cidades.

as dificuldades existem, já que alguns censos não disponibilizam tal informação. Nunes optou por estimar os dados em falta para 1890, 1900, 1920 e 1930. Apesar das distorções que decorrem desta metodologia, ela parece-nos ser a melhor aproximação à evolução secular dos núcleos populacionais⁶. De modo a obter uma maior comparabilidade mantivemos igualmente *as cidades oficiais* (Albergaria, 1999), apesar das limitações deste conceito. Quando a informação está disponível apenas por concelhos, caso dos indicadores de bem-estar, tomam-se como indicativos os concelhos urbanos tal como constam da *Tipologia das Áreas Urbanas* e, nomeadamente, os concelhos que albergam cidades médias, uma vez que um dos objectivos do presente estudo consiste na compreensão do papel das cidades médias⁷ na configuração do sistema urbano nacional.

6 De acordo com esta opção metodológica, foram excluídas quaisquer considerações relativas às funções administrativas ou económico-sociais que possam ser definidoras do que deve ser tido como centro urbano. Relativamente à classificação administrativa do que é urbano ou rural, não cremos introduzir enviosamentos ao conceito de urbano, dado que essa classificação, no passado como no presente, tem correspondido por norma a critérios de índole política, que mais não fazem do que baralhar a noção do que é ou não urbano. Após 1968 os organismos da ONU apenas consideram dignos de figurar na designação de cidade os centros com uma população aglomerada de mais de 20 mil habitantes. Porém, as características da evolução da população portuguesa, assim como a sua história e tipos de povoamento, levam-nos a aceitar tratar os centros com mais de 5 mil habitantes, sobretudo porque se pretende uma visão ampla. De facto, nessa época a fasquia dos 20 mil parece ser demasiado alta e cremos ser mais lógico tomar, nesta visão secular, o patamar dos 10 mil efectivos como definidor de centro urbano. Por outro lado, o facto de considerarmos os centros com mais de 5 mil habitantes permite-nos uma melhor visão da evolução e crescimento dos centros populacionais do País, que possam ter algumas características urbanas. Relativamente ao patamar dos 10 mil cremos que as principais funções económico-sociais que definem um aglomerado como urbano ou como cidade estarão presentes.

7 Estas foram definidas a partir no programa PROSIURB que tinha como objectivo a valorização das cidades médias (Despachos nº6/94 de 26 de Janeiro, nº55/94 de 27 de Maio e nº84/94, de 16 de Setembro, do Ministério do Planeamento e Administração do Território). No despacho nº55/94 são definidas as cidades médias elegíveis: Braga, Viana do Castelo, Barcelos, Guimarães, Fafe, Santo Tirso, Vila Nova de Famalicão, Paredes, Penafiel, Feira, São João da Madeira, Oliveira de Azeméis, Aveiro, Coimbra, Figueira da Foz, Leiria, Marinha Grande, Caldas da Rainha, Santarém, Faro, Olhão, Portimão, Bragança, Chaves, Vila Real, Régua, Lamego, Viseu, Guarda, Covilhã, Castelo Branco, Torres Novas, Entroncamento, Tomar, Abrantes, Évora, Portalegre, Beja, Mirandela, Torres Vedras.

1. O PASSADO...

A segunda metade do século XIX assiste a profundas transformações na paisagem económica, provocadas pelos fenómenos da emigração, do crescimento urbano e da industrialização, estes últimos estreitamente ligados entre si. A mobilidade que caracterizara as gentes portuguesas no passado será substancialmente acrescida e provoca uma redistribuição populacional no espaço. Podemos falar do efeito da pressão demográfica em zonas rurais, que se encontravam secularmente estruturadas de acordo com um regime de transmissão de propriedade e costumes que dificultava as possibilidades de autonomia económica dos filhos segundos das famílias camponesas. Em sentido inverso devemos também destacar os efeitos positivos da implantação de certas indústrias, que actuaram como catalizadoras demográficas. Por fim, a procura de melhores condições de vida noutras localidades que não a de origem, inclusive fora de Portugal. Em meados de Oitocentos vivia-se uma conjuntura internacional favorável a deslocações maciças de europeus de zonas menos desenvolvidas em termos económicos para espaços abertos em fase de povoamento e com enormes potencialidades (Leite, 2005: 48-49).⁸

No Portugal de meados do século XIX escasseavam as cidades de média dimensão, embora uma razoável percentagem dos portugueses residisse em centros considerados urbanos (Nunes, 1996:7-47; Silva, 1997: 779-814). Existiam muitos núcleos com menos de 5 mil residentes, mas apenas vinte e sete tinham o estatuto de cidade. Em Lisboa viviam 200 mil almas, no Porto 87 mil, em seis outras cidades entre 10 e 20 mil habitantes e em outras doze entre 5 e 10 mil. (Tábua 1) A percentagem da população urbana face à total era relativamente baixa e sobretudo muito concentrada. Em apenas dois núcleos viviam mais de 60% dos efectivos urbanos nacionais, 7,4% de toda a população portuguesa. Esta escassa urbanização, polarizada entre a capital, Lisboa, e o Porto, indicia um claro desfasamento no contexto europeu. Apesar da recuperação realizada na parte final do século, Portugal era na viragem da centúria mais um país de vilas e aldeias, do que de verdadeiras cidades. Em breve a bicefalia tenderá a ser substituída pelo fenómeno de macrocefalia, que marca as formas de evolução do tecido urbano até quase à actualidade (Rodrigues, Pinto, 1996:131-134).

8 Foi o caso do continente americano, favorecido no caso específico do Brasil pela existência de uma história e de uma língua comum.

TÁBUA 1
Cidades portuguesas de acordo com a sua dimensão (milhares)

1864	1900	1864	1900
Lisboa 199,4	Lisboa 357,0	Viseu 6,4	Beja 8,9
Porto 86,8	Porto 172,4	Aveiro 6,4	Guimarães 8,9
Braga 18,8	Braga 24,3	Santarém 6,2	Santarém 8,7
Setúbal 12,7	Setúbal 21,8	C, Branco 6,1	Lagos 8,3
Coimbra 12,7	Coimbra 18,4	Silves 5,1	Viseu 8,2
Évora 11,5	Évora 16,1	Vila Real 4,8	Figueira Foz 7,9
Tavira 10,5	Covilhã 15,5	Bragança 4,8	C.Branco 7,3
Elvas 10,3	Elvas 14,0	Penafiel 4,4	Tomar 6,9
Viana 9,3	Tavira 12,2	Guarda 3,8	Vila Real 6,7
Faro 8,0	Portalegre 11,9	Leiria 2,9	Guarda 6,1
Lamego 7,8	Faro 11,8	Pinhel 2,3	Bragança 5,5
Lagos 7,7	Aveiro 10,0	Miranda 0,9	Penafiel 5,1
Guimarães 7,6	Viana 9,9		Leiria 4,5
Beja 6,9	Silves 9,7		Pinhel 2,9
Portalegre 6,4	Lamego 9,2		Miranda 1,0

FONTE: I^o a IV^o Recenseamento Geral da População Portuguesa

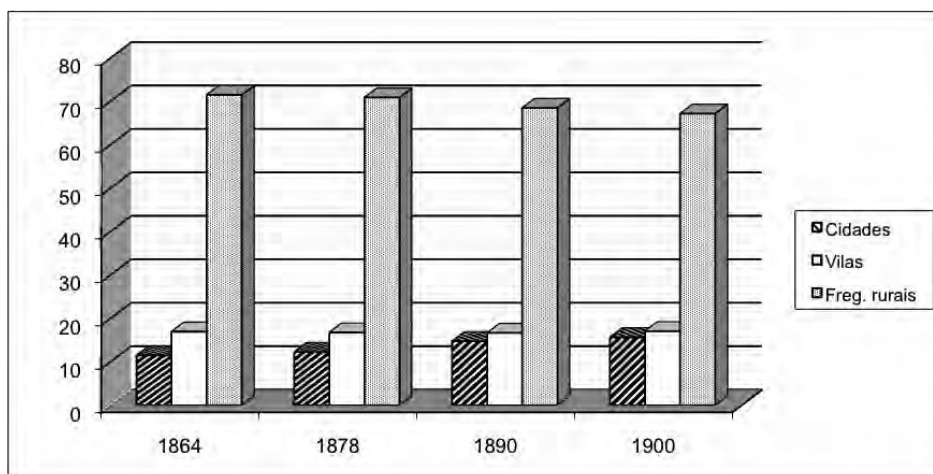
O crescimento urbano foi a maior originalidade do Oitocentismo português. As cidades e demais núcleos urbanos absorveram dois terços do aumento demográfico total e atraíram indivíduos de zonas por vezes distantes, bem como a quase totalidade dos estrangeiros entrados no País. No mesmo período, uma relativa estabilidade caracteriza as zonas rurais, cuja importância percentual se reduz. Mas nem mesmo as vilas sobem significativamente. É como se toda a vitalidade se tivesse concentrado nos espaços urbanos, onde o número de residentes aumenta 77%, contra os 22 pontos percentuais registados em meio rural e os 30% das vilas portuguesas (Baptista, Rodrigues, 1995, 54)⁹ (Figura 1).

Na última metade de Oitocentos a população urbana representa cada vez mais em termos relativos, mesmo nas zonas do país onde existiam poucas vilas e cidades. As cidades e capitais de distrito passam de 27 para 30 na segunda metade do século¹⁰ e o total de indivíduos que nelas

9 Verificou-se uma correlação positiva forte entre crescimento populacional e crescimento urbano. A análise de correlação pelo método de Pearson foi de + 0,8603626, significativa com uma margem de erro de 1%.

10 Santarém ascendeu a essa categoria em 1868, a Covilhã em 1870 e a Figueira da Foz em 1882, razão pela qual passam a fazer parte da lista de cidades.

FIGURA 1
*População residente nas cidades, vilas e freguesias rurais
na segunda metade do século XIX (%)*



FONTE: Iº a IVº Recenseamento Geral da População Portuguesa

residia de 479 para mais de 811 milhares, o que significa uma variação positiva de 70%, com a fase de maior intensidade nos anos 80. Recorde-se que neste mesmo período a população portuguesa cresceu apenas 42%.

A distribuição das cidades de acordo com a sua dimensão comprova as diferentes tradições urbanas a norte e sul do Reino. Ao longo do século XIX pouco se alteraram as posições dos maiores centros, sendo enorme a distância que separava Lisboa do Porto e estas duas cidades de Braga e Setúbal, que ocupavam os lugares imediatos. Se transformarmos esta informação em valores relativos, segundo a dimensão populacional das mesmas, obtemos uma imagem global sobre as características particulares dessa rede¹¹. Até 1864 as mudanças foram reduzidas, excepto no que respeita à progressiva concentração demográfica das gentes urbanas nas duas maiores cidades, onde em 1801 viviam mais de metade desses efectivos (54%) e 60% em 1864. As cidades de média dimensão quase não existiam e parecem esvaziar-se ao longo da segunda metade do século em favor de Lisboa e Porto. Na primeira metade de Oitocentos

11 Considerámos muito pequenas as cidades de menos de 5 mil habitantes; pequenas as que possuíam entre 5 e 10 mil residentes; cidades médias, com 10 a 20 mil habitantes; e, por fim, cidades grandes as que ultrapassavam os 20 mil indivíduos.

só as cidades muito pequenas cresceram. Elas albergavam 5,3% dos residentes urbanos em 1801 e 5,9% sessenta anos mais tarde, o que traduz apenas o ritmo de aumento demográfico ocorrido neste período que, embora lento em termos globais, foi em geral superior em todos os centros urbanos. Ao invés, na última fase do século XIX introduziram-se várias mudanças no sistema urbano português e em 1900 só 1% dos residentes em cidades habitava núcleos com menos de 5 mil almas. O conjunto das cidades pequenas e médias continuou a mostrar-se incapaz para atrair ou mesmo fixar os seus naturais, pelo que representaram cada vez menos: 34% dos residentes urbanos nos anos 60 e tão só 28% em 1900. O fenómeno marcante nestas décadas foi a atracção que exerceram as grandes cidades em termos de dinâmica demográfica, o que acentuou a tendência de bipolarização Norte-Sul. As outras duas cidades com mais de 20 mil residentes estavam relativamente próximas das áreas de influência económica de Lisboa e Porto e hoje uma delas, Setúbal, pertence mesmo à Área Metropolitana de Lisboa (AML). Entre 1864 e o fim da centúria as grandes cidades mais que duplicaram (101,1%), o que traduz um aumento relativo e também absoluto do número de efectivos.

As conclusões a que chegámos sobre as diferenças percentuais de cada tipo de cidade foram, por seu turno, condicionadas pelos distintos ritmos de crescimento local. As assimetrias de desenvolvimento no território esbateram-se na segunda metade do século, coincidindo com o acréscimo generalizado dos residentes de todas as cidades, embora diminuto em algumas zonas do interior, como Bragança e Miranda, e de litoral com fortes níveis emigratórios, como Viana do Castelo e Aveiro. Esta última, embora fosse relativamente industrializada, viu a sua evolução ser travada pela intensidade de saídas. Igualmente penalizadas foram as cidades onde não surgiram novas actividades económicas. Veja-se, a título meramente exemplificativo, a diferença entre a dinâmica de Castelo Branco (que de 1864 a 1900 cresceu 19%) e da Covilhã (que só entre 1878 e 1900 aumentou 44%). Ou ainda o caso da província algarvia, onde os aumentos de Faro (48%) e Silves (92%) contrastam com os valores obtidos por Tavira (16%) e Lagos (7%) (Rodrigues, Pinto, 1996:143). Estes resultados reflectem o impacto da industrialização, a influência dos movimentos migratórios nas desigualdades regionais encontradas e a bicefalização do Reino.

Com efeito, ao longo da segunda metade do século XIX as cidades de Lisboa e Porto cresceram continuamente e ganharam importância dentro dos respectivos distritos. Ambas actuaram como pólos de atracção crescente, sendo em parte responsáveis pelo fenómeno de êxodo rural de

zonas distantes (mais Lisboa que Porto) e ambas atingem o seu momento áureo de crescimento na década de 80. No entanto, a distância que as separava em termos do número de efectivos era enorme. Com cerca de 90 mil habitantes, o Porto correspondia em 1864 a 45% da população da capital, que rondava então as 200 mil almas, e esta percentagem subiu a 47% no final do século. Em termos nacionais, o crescimento da capital foi único: gradual até 1878 e muito rápido em seguida, o que fará com que mais de metade da população no distrito resida na urbe. O Porto aumentou também 86%, com uma fase muito dinâmica entre 1878 a 1900. Nesses doze anos a sua população residente subiu 53%, mais que Lisboa, mas o ritmo desacelerou-se a partir do início do século XX. De qualquer forma, a cidade nortenha nunca conseguiu representar mais de 28% do total de população do distrito a que dava o nome. A esta bicefalia correspondia já em meados do século XIX uma bipolarização económica (Justino, 1988: 366), radicalizada a partir de então, que Lisboa com a sua área envolvente comandou de modo cada vez mais inequívoco, pelo menos na óptica estritamente populacional.

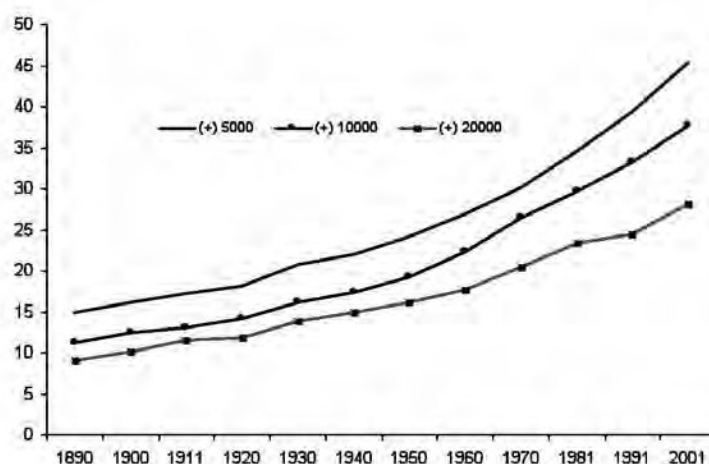
2. O PROCESSO DE URBANIZAÇÃO EM PORTUGAL NO ÚLTIMO SÉCULO E A DOMINAÇÃO DEMOGRÁFICA DAS CIDADES DE LISBOA E PORTO

Em 1900 eram poucos os centros urbanos de média dimensão e só um décimo da população vivia em núcleos com funções urbanas, apesar do arranque verificado na segunda metade da centúria anterior. Este facto resulta de várias condicionantes de foro político-administrativo e sobretudo económico, que entravaram o desejável e possível processo de evolução da frágil rede urbana nacional. Mas, ao contrário do que poderíamos esperar, a falta de uma «armadura urbana», que remonta ao século XVI, viu-se ainda agravada nos últimos duzentos anos pela incapacidade de arranque demográfico manifestada pelas cidades e vilas do País, que não Lisboa e Porto. O aumento relativo da população urbana em relação à total foi feito à custa desses dois grandes centros, que lideraram o processo de desenvolvimento económico das zonas norte e sul. «Nos últimos 130 anos a capital vive uma situação de excepionalidade demográfica no contexto de um país escassamente urbanizado» (Baptista, 1994: 54), onde faltam os centros urbanos de média dimensão e onde só o Porto se destaca. Tal como Lisboa, ele surge primeiro isolado na região e só lentamente se irá ligando aos concelhos contíguos.

No Figura 2 apresenta-se o número de centros urbanos e a percentagem de população urbana em relação à população total nos centros com mais de 5, 10 e 20 mil habitantes, ou seja, o *nível de urbanização* português no último século.

Os valores adiantados no Figura 2 provam a lentidão do crescimento da população nos aglomerados de mais de 5 mil habitantes. Todavia, a passagem para o século XXI revela um expressivo aumento da percentagem de população destes núcleos. Nos centros que podem ser considerados com dimensões que implicam características urbanas (mais de 10 000 residentes) este valor situa-se em 37,7 %. Veja-se que em meados do século, os centros com mais de 10 mil habitantes ainda não chegavam a albergar um quinto da população portuguesa, o que revela a proporção diminuta a viver em pequenas cidades. Se excluirmos desta análise os valores obtidos através de estimativas (anos de 1890, 1900, 1920 e 1930), verificamos que em 1911 em núcleos urbanos ou semiurbanos viviam cerca de 6 % dos portugueses. Trinta anos mais tarde (1940) este valor apenas tinha subido um ponto percentual e em 1970, outros trinta anos depois a população a residir em centros com mais de 5 mil e menos de 20 mil habitantes continuava a não atingir um décimo da população. Só em 1991 se aproxima dos 15 %, subindo para 17,3% em 2001. Fica assim claramente demonstrada a incapacidade de criação de um tecido urbano de média dimensão, quer em períodos de forte crescimento populacio-

FIGURA 2
Nível de Urbanização (população urbana/população total)



FONTE: III^a a XIV^a Recenseamento Geral da População Portuguesa

nal, como o de 1911 a 1940, quer em períodos influenciados pelo êxodo migratório, como globalmente sucede entre 1940 e 1970. Nos dois últimos decénios do século XX esta realidade parece ter sofrido alguma inflexão, mas, como se sabe através dos ritmos de crescimento concelhios entre 1981 e 1991, a percentagem de 15 % obtida para a população a residir em núcleos entre 5 e 10 mil habitantes revela o gradual despovoamento do mundo rural, acentuado no início do século XXI.

Dados os níveis de urbanização observados, a maioria dos centros urbanos situa-se no limiar mais baixo dos patamares criados. No caso das cidades com mais de 20 mil habitantes será possível vislumbrar a distorção causada por Lisboa e Porto, que influenciam positivamente a média. A percentagem de população a residir em centros com mais de 20 mil habitantes constituiu ao longo do século sempre mais de metade do total de população residente em centros urbanos. Esta característica explica-se pela macrocefalia de Lisboa e em parte também do Porto, que analisaremos adiante. O Tábua 2 permite verificar quantos centros urbanos se situam nos patamares considerados.

TÁBUA 2
Número de Centro Urbanos segundo o número de residentes

Milhares	1890	1900	1911	1920	1930	1940	1950	1960	1970	1981	1991	2001
5-10000	27	27	33	31	42	45	53	50	38	65	81	50
10-20000	8	9	6	10	11	15	20	30	39	43	61	41
(+) 20000	3	3	5	3	6	8	12	16	22	35	39	50

FONTE: III^o a XIV^o Recenseamento Geral da População Portuguesa; Atlas das Cidades de Portugal, II, INE, 2004

Em primeiro lugar observa-se uma relativa flutuação do número de centros com 5 a 10 mil residentes, que coincide com os ritmos médios de crescimento da população portuguesa. Os períodos de menor crescimento ou de perda populacional, correspondentes às épocas de grandes fluxos emigratórios, provocam a diminuição do número de pequenos centros. Ou seja, mesmo quando a dimensão populacional já implica alguma estrutura urbana, ela é incapaz de impedir as saídas, fazendo com que muitos desses núcleos deixem de possuir os valores mínimos estabelecidos, o que sucede sobretudo entre 1911/20 e 1950/70, sendo particularmente acentuado nos anos 60.

As pequenas cidades com 10 a 20 mil habitantes mostram um comportamento diferente. O seu número aumenta, independentemente das conjunturas e de modo inverso ao dos pequenos centros. É exactamente nos períodos de menor crescimento populacional ou mesmo de recuo que o nú-

mero destas pequenas cidades aumenta mais, como acontece na segunda metade do século, entre 50 e 70 e depois entre 81 e 91. É como se estas pequenas cidades constituíssem um baluarte de refúgio à adversidade das condições políticas e socioeconómicas que caracteriza esses momentos da história recente portuguesa. A realidade dos anos 90 é marcada pela diminuição de todos os centros urbanos, excepto os de maior dimensão.

O Tábua 3 mostra a percentagem de população que em cada distrito vive em centros de mais de 20 mil habitantes face à total, o que evidencia algumas especificidades regionais e alterações ao longo do século. Em 1900 apenas as regiões administrativas de Lisboa, Porto e Braga possuíam núcleos acima dos 20 mil efectivos, que no seu conjunto correspondiam a 9,1% do total da população portuguesa. Em meados da centúria este número subira para 12, equivalendo a 16,2% da população total. No último censo (2001) ascendiam a 50 e 31,9%, respectivamente. Assistiu-se portanto a um aumento do peso relativo de «grandes cidades» no contexto nacional, onde hoje vive cerca de um quarto dos portugueses.

TÁBUA 3

População a viver em centros com + 20 mil habitantes face à população total do distrito (%)

Distritos	1890	1900	1911	1920	1930	1940	1950	1960	1970	1981	1991	2001
Aveiro									3,8	4,6	5	13,7
Beja												13,4
Braga	6,1	6,1	5,8		6	5,9	5,9	10,8	12,2	12	17,9	25,3
Bragança												13,6
C. Branco							6,3	7,3	10,6	18,3	22,3	31,4
Coimbra					6,6	6,6	9,6	10,7	14,1	17,1	27	29,2
Évora						10,5	11,6	11	13,4	19,3	21,9	23,7
Faro									7,7	14,9	16,5	25,1
Guarda												14,5
Leiria											16,6	14,8
Lisboa	60,7	62,2	63,5	65,2	65,6	66,3	64,1	62,2	57,6	55,4	50,7	51
Portalegre												
Porto	25,4	28,1	28,6	28,9	28,7	28	33,1	32,4	28,9	31,2	29,9	41,9
Santarém											5,3	6,3
Setúbal			15,3		16,2	13,8	20,4	28	40,5	40,2	34,8	41,5
V. Castelo												14,4
Vila Real												10,9
Viseu										4,7	5,1	12
Açores						7,3	7	6,8	7,4	8,7		19,1
Madeira			11,9		14,8	15,8	13,7	16,1	16	17,4	39,2	41,8
Continente	9,9	10,9	12,2	12,3	14,4	15,1	16,6	18,2	21	23,9	24,7	31,2
Ilhas			4,9		6,7	11,3	10,1	11	11,4	13,2	20,2	30,1
Portugal	9,123	10,06	11,69	11,42	13,86	14,85	16,19	17,73	20,37	23,36	24,5	31,9

FONTE: III^o a XIV^o Recenseamento Geral da População; Atlas das Cidades de Portugal, II, INE, 2004

Em seis distritos o aparecimento de cidades com mais de 20 mil residentes data apenas da segunda metade do século XX.¹² Por seu turno, os distritos de Beja, Évora, Portalegre, Faro e o arquipélago dos Açores têm desde o início do século as percentagens mais elevadas de população a viver em centros de 5 a 20 mil residentes que os restantes. No caso de Évora, o crescimento da sede distrital explica a emergência de um centro acima dos 20 mil habitantes em 1940. Se no caso dos distritos alentejanos o povoamento concentrado é uma constante estrutural, no de Faro as actividades costeiras justificam a permanente existência de vários centros de média dimensão. O aumento demográfico das cidades algarvias a partir de 1970 explica a percentagem dos que residem em cidades acima dos 20 mil habitantes. Os Açores, na multiplicidade das suas ilhas, desenvolveram pequenos centros populacionais que se foram mantendo com maior ou menor crescimento e ao sabor dos fluxos emigratórios. Já o interior Norte revela muito pouco dinamismo, como sucede em Bragança, Vila Real, Guarda e Viseu, distritos até hoje incapazes de criar uma rede urbana consistente. Até meados do século passado os residentes em núcleos urbanos nestas áreas situavam-se na sua quase totalidade em núcleos de dimensão inferior a 10 mil efectivos. Só na segunda parte da centúria começam a surgir nestes distritos pequenas cidades. Os restantes distritos portugueses situados junto ao litoral apresentam aumentos extremamente lentos, mas contínuos no nível de urbanização. É o lento «engordar» dos pequenos centros populacionais. Nos casos de Aveiro e Leiria este processo é sequencial, mas em Viana do Castelo ele é bruscamente interrompido. O processo de urbanização do distrito de Coimbra é dominado pela respectiva cidade, que ultrapassará os 20 mil habitantes em 1930, secundada pela Figueira da Foz, único centro com significado. A realidade distrital coimbrã demonstra uma fraca capacidade de urbanização, em tudo semelhante à que caracteriza os distritos do interior. Na década de 90 sobe o número de centros urbanos com mais de 20 mil habitantes e aumenta o seu peso nos respectivos distritos. Tal acontece sobretudo no interior e também em Viana do Castelo, o que indicia a continuação do esvaziar das zonas rurais envolventes e, possivelmente, algum dinamismo desses centros, que acabam por ter um importante papel na organização regional. O único

¹² É o caso de Aveiro e Faro nos anos 60, de Viseu em 70, ou mesmo apenas, na década seguinte, dos distritos de Leiria e Santarém.

distrito que hoje continua a não ter um centro urbano de grande dimensão é Portalegre.

Ao longo do século XX, o surgimento de novos núcleos é explicado pelo ritmo de crescimento global que a população portuguesa regista nos diferentes períodos, embora lhe seja francamente superior, como testemunham os resultados comparativos apresentados no Tábua 4. No entanto, são os ritmos a que aumentam as duas grandes cidades portuguesas, sobretudo a capital, que condicionam a intensidade de crescimento médio dos centros urbanos, como podemos verificar no mesmo Tábua. Se retirarmos Lisboa e Porto ao conjunto dos núcleos com mais de 20 mil efectivos, as taxas de crescimento anual médio tornam-se mais oscilatórias. Após 1920 os restantes núcleos crescem a ritmos superiores aos dos dois maiores centros e a partir de 1960 Lisboa e Porto deixam de aumentar, embora Portugal e os restantes centros urbanos de grandes dimensões continuem a evoluir positivamente. Os resultados corroboram algumas das características aceites como explicativas do processo de evolução urbana portuguesa no século XX, nomeadamente a bipolarização urbana (primeiro através das cidades de Lisboa e Porto, e na segunda metade da centúria alargando-se aos concelhos vizinhos).

A evolução das grandes cidades é marcada pela progressiva «dominação demográfica da capital, com um período áureo entre 1930 e 1970, esbatido nos últimos anos, na sequência das mudanças ocorridas nas formas de utilização do tecido urbano (terciarização do edificado nos bairros centrais, aumento da percentagem de população pendular) (Baptista, 1994; Baptista, Rodrigues, 1995). Neste contexto verifica-se a emergência de «cidades satélites» em torno dos dois principais centros, algumas das quais se contam hoje entre as grandes cidades do País. Esta fase iniciou-se nos anos 50 e foi marcada pelos efeitos do desenvolvimento económico, nomeadamente industrial (Aguiar, Martins, 2003), que fomentou acréscimos populacionais muito rápidos nas zonas de maior dinamismo, como sucede a norte com Guimarães, Matosinhos e Vila Nova de Gaia, e nas margens norte e sul do Tejo, junto à capital (Barreiro, Almada, Amadora e Moscavide). Este panorama, que aponta para a progressiva concentração urbana em torno de Lisboa e Porto, será o fenómeno marcante das décadas imediatas. Em 1970, dos 22 centros referenciados com mais de 20 mil efectivos, dois ficam geograficamente próximos do Porto e oito de Lisboa, mesmo excluindo as cidades de Braga, Guimarães, Aveiro e Setúbal, próximas da área de influência económica daquelas cidades. Nas três últimas décadas a intensidade dessa concentração aumenta.

Em 2001, dos 50 centros urbanos seleccionados, treze situam-se na Área Metropolitana do Porto¹³ e catorze na Área Metropolitana de Lisboa.¹⁴

TÁBUA 4

Crescimento diferenciado da população portuguesa e da residente nos principais centros urbanos (taxa de crescimento anual médio em %)

	<i>Pop.Total</i>	<i>mais de 20000</i>	<i>sem Lisboa e Porto</i>	<i>Lisboa</i>	<i>Porto</i>
1890-1900	0,75	1,71	0,5	1,72	1,92
1900-1911	0,86	2,25	10,93	1,89	1,32
1911-1920	0,14	0,36	-8,4	1,29	0,51
1920-1930	1,24	2,77	14,53	2,02	1,35
1930-1940	1,24	1,94	3,89	1,61	1,22
1940-1950	0,89	1,85	5,97	1,21	0,71
1950-1960	0,48	1,36	4,16	2,4	0,76
1960-1970	-0,21	1,12	3,85	-0,54	-0,06
1970-1981	1,29	2,44	4,9	0,56	0,8
1981-1991	0,03	0,51	2,24	-1,95	-0,79
1991-2001	0,47	1,89	3,72	-1,61	-1,39

FONTE: III^o a XIV^o Recenseamento Geral da População Portuguesa

O perfil da rede dos maiores centros urbanos passou por três momentos. No primeiro, que se prolonga até 1940 sobressaem as cidades tradicionais têm dinamismo. Depois, até 1970, embora continuem a ascender a este grupo algumas cidades antigas, surgem núcleos de formação recente, que sofrem um processo de ascensão muito rápido e se localizam na sua maioria nas áreas de influência das maiores cidades. Na terceira fase, as alterações administrativas registadas na estrutura das zonas dominadas por Lisboa e Porto criam uma nova realidade. A partir dos anos 60 ou 70 deixa de ser inteiramente correcto falar dessas cidades-concelho, substituídas por uma nova organização baseada em Áreas Metropolitanas. Para tanto observem-se as relações existentes entre as duas maiores cidades e os restantes centros de grandes dimensões (Tábua 5). Se exceptuarmos a década de 20 verificamos que o peso percentual de Lisboa e Porto decresce continuamente no século XX. Em 1900 nelas reside 96% da população a viver em grandes centros;

13 Referimo-nos a Gaia, Maia, Póvoa do Varzim, Vila Conde, Ermesinde, Espinho, Gondomar, Rio Tinto (Gondomar), Santo Tirso, São João da Madeira, Matosinhos, São Mamede de Infesta (Matosinhos), Vila Nova de Famalicão.

14 Inclui Lisboa, Setúbal, Barreiro, Amadora, Almada, Montijo, Odivelas, Queluz, Agualva, Oeiras, Seixal, Amora (Seixal), Póvoa de Santa Iria (Vila Franca Xira), Alverca do Ribatejo (Vila Franca Xira).

em meados do século mais de dois terços; mas pouco mais de 28% na actualidade, ou seja, 8% dos portugueses. No entanto, se agregarmos aos totais de Lisboa e Porto os núcleos urbanos que integram as suas Áreas Metropolitanas, obtemos outros resultados (Tábua 6). Num contexto metropolitano, Lisboa e Porto dominam o País actual e fazem parte daquilo que Ferrão denomina pelo «país sobre pressão», onde vive 46% da população nacional. «O final do século XX parece confirmar que (...) se afirma crescentemente um Portugal urbano organizado em rede, um arquipélago urbano constituído pelas grandes regiões metropolitanas de Lisboa e Porto, o cordão urbano do litoral algarvio e ainda várias aglomerações urbanas de média e até, nalguns casos, pequena dimensão tanto do litoral como do interior». Quanto ao interior, de norte a sul, corresponde a um «país sonolento» (Ferrão, 2003: 24). Assim sendo, verificamos que o Portugal do século XX se manteve um espaço desequilibrado no que respeita à distribuição de efectivos.

A imagem do território neste início de milénio sugere a provável intensificação dos fenómenos de despovoamento humana em vastas zonas do país, acompanhada de uma significativa concentração urbana e de litoralização (Figura 1), que conduzem os processos de modernização da sociedade portuguesa e a construção de um país «especialmente mais desequilibrado (...), mas socialmente menos heterogéneo, dado o impacte uniformizador (ou, nalguns casos, desdiferenciador) da afirmação (tardia, em termos europeus) dos processos de modernização» (Ferrão, 2003: 24).

TÁBUA 5

As cidades de Lisboa e Porto face aos restantes centros com + de 20 mil habitantes (%)

	<i>Lisboa e Porto</i>	<i>Outros</i>
1890	95,5	4,5
1900	96	4
1911	90,3	9,7
1920	85,7	14,3
1930	87,3	12,7
1940	84,7	15,3
1950	77,3	22,7
1960	70,1	29,9
1970	61	39
1981	49,4	50,6
1991	39,9	60,1
2001	28,4	71,6

FONTE: III^o a XIV^o Recenseamento Geral da População Portuguesa

TÁBUA 6

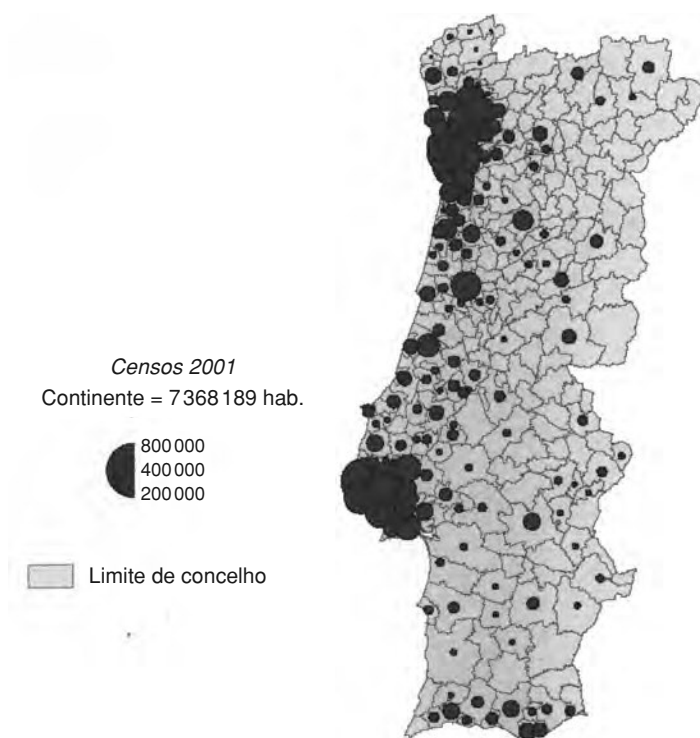
Área Metropolitana de Lisboa e Área Metropolitana do Porto:
distribuição e dinâmica da população residente (1991-2001)

	Área %	População 1991	População 2001	Peso no País Populacional	Variação
AML	3,2	2520708	2661850	25,7	5,6
Concelho de Lisboa	0,1	663394	564657	5,5	-14,9
Outros Concelhos da AML	3,1	1857314	2097193	20,3	12,9
AMP	0,9	1167800	1221339	11,8	4,6
Concelho do Porto	0	302472	263131	2,5	-13
Outros Concelhos da AMP	0,8	865328	958208	9,3	10,7
Total do País	100	9867147	10356117	100	5

FONTE: XIII^o e XIV^o Recenseamentos Gerais da População Portuguesa

FIGURA 1

População residente nas áreas urbanas (2001)



FONTE: Marques (2006:197)

3. BEM-ESTAR SOCIAL, ECONÓMICO E DEMOGRÁFICO DAS GENTES URBANAS

O conceito de qualidade de vida surge associado à conquista ou perda de bem-estar. Remete-nos para a existência ou procura de condições favoráveis à vida quotidiana, a nível individual e colectivo. A existência de uma boa qualidade de vida pressupõe a satisfação de um conjunto de condições que se mostram favoráveis ao bem-estar do grupo e à realização pessoal em várias dimensões.¹⁵ No âmbito de um projecto de investigação de que são membros, entre outros, as autoras do presente estudo¹⁶ foi criado um indicador estatístico, que designámos «*índice global de bem-estar demográfico, económico e social*», o qual permite uma proposta de estratificação de todos os concelhos de Portugal continental entre 1993 e 2004.¹⁷ Neste estudo decidiu-se construir índices de bem-estar social, económico e demográfico para os anos base de 1993 e 2004. Admitiu-se que a informação utilizada na análise pode ser proveniente de variáveis temporalmente desfasadas, porque o que se pretende destacar é de índole estrutural. Não foi possível incluir o mesmo conjunto de variáveis nas duas análises.

A selecção das variáveis foi efectuada em duas etapas: na primeira identificou-se um conjunto com várias dezenas de variáveis de índole social, económica e demográfica¹⁸, disponíveis para os momentos de

15 Desde as relativas ao ambiente físico (qualidade ambiental e poluição, clima favorável à saúde, acesso a água potável e a saneamento, ou outras), mas também à educação, no acesso à saúde à segurança, ao lazer e a qualquer outra forma de garantir as desejadas condições físicas e psíquicas individuais e relacionais do homem. (cf. entre outros, Fonseca (2002)).

16 Designado «Regionalidade Demográfica e Diversidade Social» (POCI/DEM/58366/2004) Este projecto foi avaliado por uma equipa internacional designada pela FCT com a classificação de «Muito Bom» e que decorreu no período 2006-2008.

17 Pereira e Chorão, 2009.

18 Os desequilíbrios regionais são frequentemente associados a diferentes estruturas produtivas e de distribuição de rendimentos, a diferentes formas de exploração do espaço e da sua ocupação, ou seja, a diferentes dotações de factores produtivos que reflectem o nível de desenvolvimento das diferentes regiões de Portugal. Assim, procurou-se integrar um vasto conjunto de variáveis, que pudessem ser indicativas desses diferentes estádios de desenvolvimento regional. Todos os dados utilizados neste estudo foram fornecidos pelo *Sales Index*, base de dados que inclui mais de 11 mil variáveis organizadas por temas, que compreendem taxas de actividade económica, cultura, turismo, impostos, total de dependências bancárias, número de estabelecimentos comerciais e empresas, total de casas com electricidade, saneamento,

tempo considerados; na segunda seleccionou-se um subconjunto de variáveis com o melhor desempenho na formação dos eixos principais, com base numa análise comparativa dos resultados obtidos através de análise multivariada designada por Análise de Componentes Principais (ACP) com diferentes conjuntos de variáveis iniciais¹⁹. A ACP permitiu resumir a informação num menor número de componentes principais²⁰. Os resultados permitiram verificar, em ambas as análises, que todas as variáveis consideradas têm uma contribuição determinante para a formação de pelo menos um eixo principal, que as componentes principais retidas explicam uma elevada percentagem da variância de cada variável e que todos os concelhos estão bem (ou muito bem) representados nos subespaços, garantia que o índice reproduz com qualidade o nível de bem-estar social, económico e demográfico dos concelhos. A classificação automática dos concelhos de Portugal continental em grupos homogêneos de bem-estar social, económico e demográfico foi efectuada com base no *índice* de cada concelho, baseada numa análise de *clusters*²¹. Numa primeira fase foram utilizados diferentes algoritmos de classificação hierárquicos aglomerativos e diferentes medidas de distância. A escolha do número de grupos foi efectuada com base no índice de fusão e nas medidas R2 e semi-parcial

água e consumo de energia, população total, número de óbitos e nascimentos, número de estabelecimentos de ensino e população escolar (por níveis de ensino, 1.º Ciclo do Ensino Básico, 2.º Ciclo do Ensino Básico, 3.º Ciclo do Ensino Básico), número de professores e educadores de infância, total de população desempregada e empregada por sector, número de farmácias, de hospitais e médicos, lares de idosos, pensionistas (Pereira e Chorão, 2009).

19 Foram consideradas 38 variáveis, X_j , relativas a 1993 (275 concelhos) e 54 variáveis, X_j , relativas a 2004 (278 concelhos).

20 Em 1993 as três componentes principais (Y_k , $k=1, 2, 3$) explicam 94% da inércia total; em 2004 as quatro componentes principais (Y_k , $k=1, \dots, 4$) explicam 92% da inércia total. Tal significa que têm uma contribuição determinante para a constituição do indicador de bem-estar social, económico e demográfico concelhio.

<i>Comp. principal</i>	<i>1993</i>	<i>2004</i>
Y1	85%	81%
Y2	6%	6%
Y3	3%	3%
Y4	—	2%

21 Esta análise foi efectuada através da utilização conjunta de algoritmos hierárquicos (numa primeira fase) e de algoritmos não hierárquicos (numa segunda fase).

R2, o que permitiu encontrar 10 grupos, confirmados numa segunda fase pela utilização do algoritmo de classificação não hierárquico *k-means*, com base nos 10 grupos sugeridos na primeira fase e respectivos centros de gravidade. Com base nos resultados do índice procedeu-se a uma classificação automática dos concelhos em grupos homogéneos. Nos Tábuas 7 e 8 surgem os concelhos portugueses, agregados em dez grupos de acordo com o seu grau de similitude.²² Existe uma separação clara dos concelhos com resultados mais elevados, face aos cerca de 80% dos que têm níveis de bem-estar inferiores, os quais constituem um grande último grupo.

TÁBUA 7

Constituição dos grupos de concelhos referentes ao ano 1993

<i>Grupo</i>	<i>Dimensão</i>	<i>Constituição</i>	<i>Índice de bem-estar médio</i>
1	1	Lisboa	2339
2	1	Porto	950,5
3	1	Loures	691,5
4	1	Sintra	584,7
5	1	Vila Nova de Gaia	518
6	5	Almada, Amadora, Cascais, Coimbra e Oeiras	385,1
7	3	Matosinhos, Braga e Guimarães	335,7
8	15	Aveiro, Barcelos, Barreiro, Gondomar, Leiria, Maia, Seixal, Santa Maria da Feira, Santo Tirso, Setúbal, Torres Vedras, Viana do Castelo, Vila Franca de Xira, V.N. de Famalicão e Viseu.	231,6
9	55	Abrantes, Águeda, Albufeira, Alcobaça, Alenquer, Amarante, Anadia, Beja, Bragança, Caldas da Rainha, Cantanhede, Castelo Branco, Chaves, Covilhã, Espinho, Estarreja, Évora, Fafe, Faro, Felgueiras, Figueira da Foz, Fundão, Guarda, Ílhavo, Lamego, Loulé, Lousada, Mafra, Marco de Canavezes, Marinha Grande, Moita, Montijo, Olhão, Oliveira de Azeméis, Ourém, Ovar, Paços de Ferreira, Palmela, Paredes, Penafiel, Pombal, Ponte de Lima, Portalegre, Portimão, Póvoa de Varzim, Santarém, Santiago do Cacém, Seia, Silves, Tomar, Torres Novas, Valongo, Vila do Conde, Vila Real e Vila Verde	119,3
10	192	Todos os restantes concelhos de Portugal continental	49,2

FONTE: Pereira e Chorão (2009)

²² A solução apresenta um $R^2 = 0,993$, explicando portanto 99,3% da variabilidade total, e um semi-parcial $R^2 = 0,0007$, indicando que a última aglomeração provocou um decréscimo de 0,07% na variância explicada pelos grupos de concelhos.

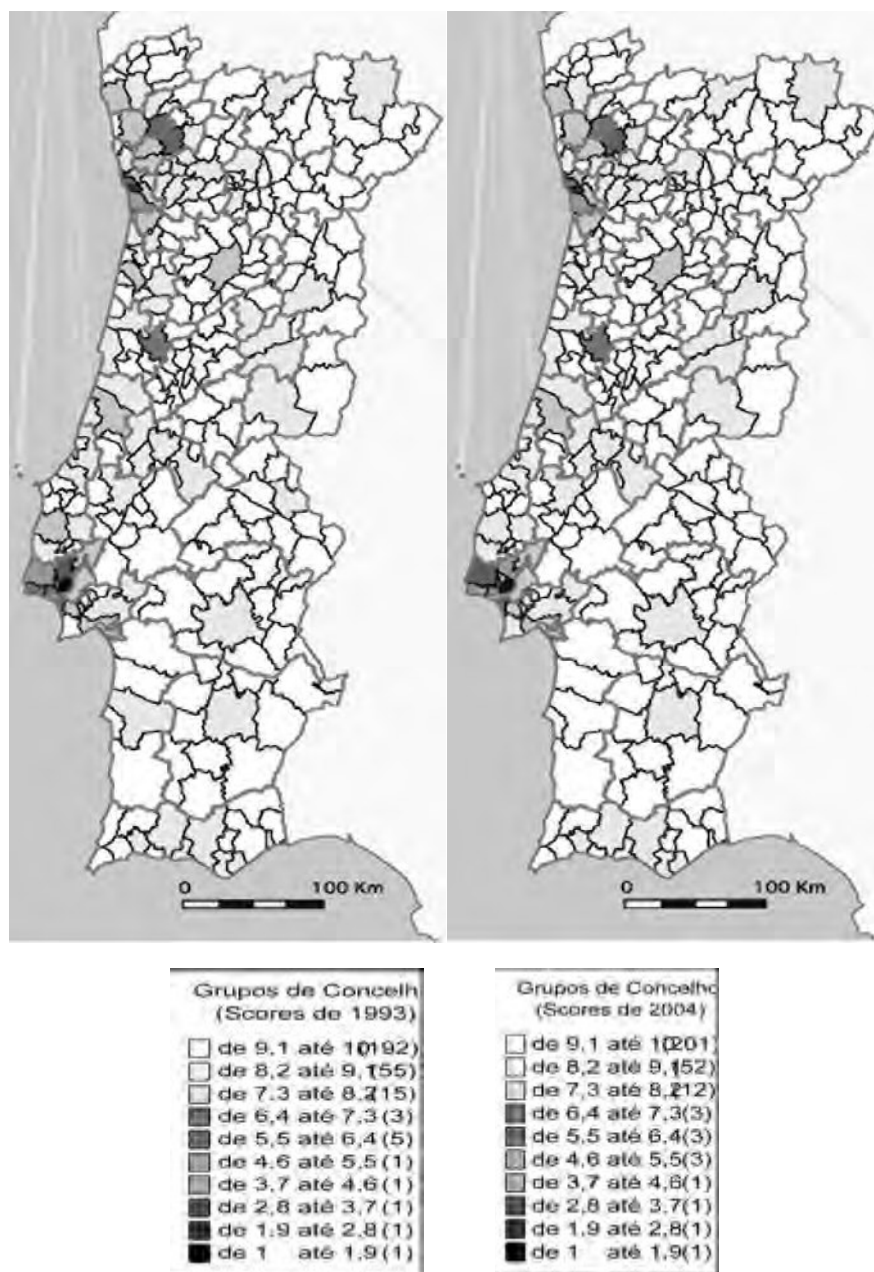
TÁBUA 8
Constituição dos grupos de concelhos referentes ao ano 2004

<i>Grupo</i>	<i>Dimensão</i>	<i>Constituição</i>	<i>Índice de bem-estar médio</i>
1	1	Lisboa	2118,7
2	1	Porto	857,5
3	1	Sintra	707,5
4	1	Vila Nova de Gaia	562,3
5	3	Cascais, Loures e Oeiras	428,6
6	3	Braga, Coimbra e Matosinhos	385
7	3	Almada, Amadora e Guimarães	350,2
8	12	Barcelos, Gondomar, Leiria, Maia, Odivelas, Santa Maria da Feira, Seixal, Setúbal, V.N. de Famalicão, Viana do Castelo, Vila Franca de Xira e Viseu	273,4
9	52	Abrantes, Águeda, Albufeira, Alcobaça, Alenquer, Amarante, Aveiro, Barreiro, Beja, Bragança, Caldas da Rainha, Cantanhede, Castelo Branco, Chaves, Covilhã, Évora, Fafe, Faro, Felgueiras, Figueira da Foz, Fundão, Guarda, Loulé, Lousada, Mafra, Marco de Canavezes, Marinha Grande, Moita, Montijo, Olhão, Oliveira de Azeméis, Ourém, Ovar, Paços de Ferreira, Palmela, Paredes, Penafiel, Pombal, Ponte de Lima, Portimão, Póvoa de Varzim, Santarém, Santo Tirso, Sesimbra, Silves, Tomar, Torres Novas, Torres Vedras, Valongo, Vila do Conde, Vila Real, Vila Verde	137,7
10	201	Todos os restantes concelhos de Portugal continental	47,9

FONTE: Pereira e Chorão (2009)

A leitura comparada dos resultados de 1993 e 2004 permite concluir que os valores mais elevados do índice de bem-estar se encontram em ambas as datas em Lisboa, Porto e concelhos limítrofes, seguidos por Coimbra, Braga, Leiria e Viseu. (Figura 2) Confirma-se também a dicotomia existente entre as faixas litorais, compreendidas entre os concelhos de Viana do Castelo e Setúbal e entre Portimão e Olhão, com o resto do continente. Existem ainda concelhos do interior de Portugal continental, que contrastam num interior deprimido, como são os casos de Beja, Évora, o eixo Castelo Branco-Guarda e Bragança, com índices de bem-estar semelhantes a concelhos litorais. Note-se também que Almada, Seixal, Santa Maria da Feira e Loulé apresentam uma pontuação superior ao concelho da sua sede de distrito, Setúbal, Aveiro e Faro, respectivamente.

FIGURA 2
*Grupos homogêneos de concelhos em termos
 de bem-estar social, económico e demográfico*



FONTE: Pereira e Chorão, 2009

Na actualidade, a Grande Lisboa possui uma situação vantajosa em relação ao Grande Porto. Com efeito a AML aglomera um conjunto de concelhos homogéneo, todos situados acima da média nacional. Por seu turno, o Grande Porto apresenta na sua composição concelhos com grande disparidade, de que os concelhos de Valongo, Vila do Conde, Póvoa do Varzim e Espinho são exemplo, ao apresentarem um *score* francamente inferior a outros da região envolvente.

A partir do nível de desenvolvimento socio-económico e funcional de cada concelho é possível dividir o país em cinco regiões:

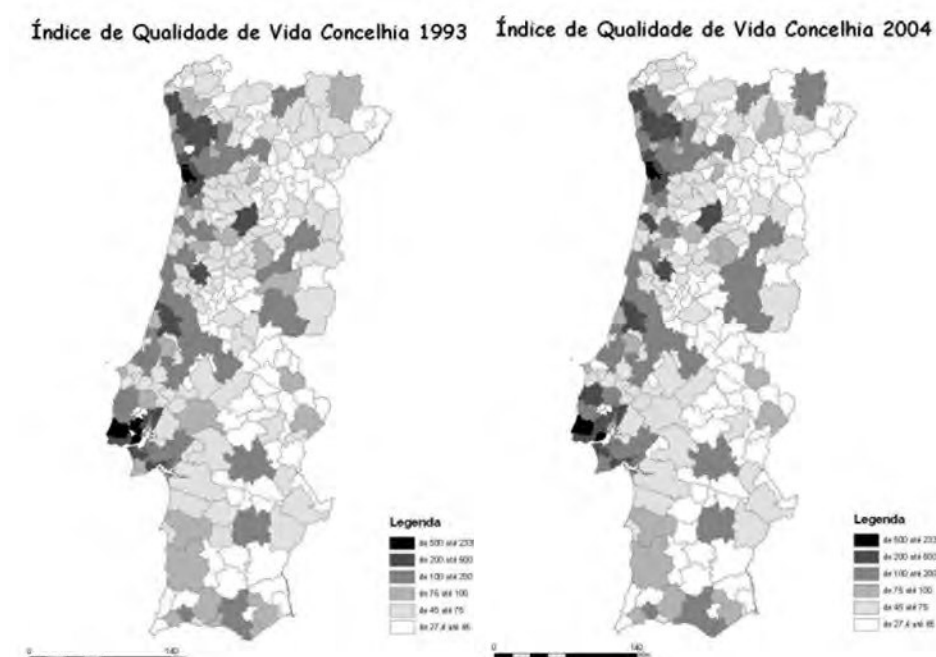
1. Realidades homogéneas, com todos os concelhos pontuados abaixo da média nacional (Pinhal Interior Norte, Pinhal Interior Sul, Serra da Estrela, Alentejo Litoral e Alto Alentejo);
2. Realidades heterogéneas, com valores médios concelhios inferiores à média nacional, mas com alguns concelhos com pontuação acima da média, tidos como pólos dinamizadores do desenvolvimento socioeconómico (Minho Lima, Tâmega, Douro, Alto Trás-os-Montes, Baixo Vouga, Dão Lafões, Beira Interior Norte, Beira Interior Sul, Cova da Beira, Oeste, Médio Tejo, Lezíria do Tejo, Alentejo Central, Baixo Alentejo e Algarve);
3. Realidades heterogéneas, com valores médios concelhios acima da média nacional, embora alguns concelhos apresentem uma pontuação baixa (Cávado, Ave, Entre Douro e Vouga, Baixo Mondego e Pinhal Litoral);
4. Realidades homogéneas, com a maioria de concelhos acima da média nacional, mas que incorporam concelhos de baixa pontuação (Grande Porto e Península de Setúbal);
5. Realidade homogénea, com todos os concelhos superiores à média nacional (Grande Lisboa).

A homogeneização espacial está, pois, longe de ser uma realidade no Portugal de inícios do século XXI. Resta tentar perceber até que ponto a identificação dos concelhos maioritariamente urbanos²³ permite estabelecer uma correlação entre cada um deles e as situações de excepionalidade face à média dos grupos de pertença. Considerámos concelhos maioritariamente urbanos apenas os que possuem centros

²³ Uma vez que as variáveis que estiveram na base da construção deste índice apenas estavam disponíveis por concelhos, optámos por fazer a análise da qualidade de vida dos centros urbanos com base nesta divisão administrativa.

com um número total de residentes superior a 20 mil, bem como os que albergam as cidades médias atrás referidas neste estudo (ver nota 7). Ficaram de fora desta análise os concelhos de Portugal insular, devido à inexistência de informação para grande parte das variáveis consideradas.

FIGURA 5
Índice de Qualidade de Vida Concelhio



FONTE: Pereira e Chorão, 2009 (Mapas elaborados por Olívia Fernandes)

A hierarquização destes concelhos (Tábua 9) mostra que Maia é o que mais qualidade de vida ganhou nestes últimos onze anos, com uma subida de cerca de 36%, seguindo-se Sintra e Santa Maria da Feira, que de acordo com este indicador parecem reunir fortes potencialidades. O fim da tabela é ocupado por Espinho, Barreiro e Santo Tirso, com destaque para este último, que regista perdas na ordem dos 22%, embora em 2004 ainda pontue 167,9, muito acima no índice nacional médio.

Os concelhos que dão o nome às áreas metropolitanas de Lisboa e Porto lideram a realidade nacional em ambos os anos. São os concelhos

TÁBUA 9
Índice de qualidade de vida nos concelhos (IQLV) em 1993 e 2004

Concelhos	IQLV93	IQLV04	Tx variação IQLV (%)
Lisboa	2339	2118,7	-9,42
Porto	950,5	857,5	-9,78
Sintra	584,7	707,5	21
Vila Nova de Gaia	518	562,3	8,55
Coimbra	391,5	386,7	-1,23
Amadora	385,7	348,2	-9,72
Almada	380,7	361,2	-5,12
Matosinhos	347,3	375,7	8,18
Braga	334,7	392,7	17,33
Guimarães	325,3	341,1	4,86
Gondomar	279,7	287,1	2,65
Setúbal	278,7	285,2	2,33
Leiria	267,5	311,3	16,37
Seixal	262,4	300,9	14,67
Vila Franca Xira	257,8	281,1	9,04
Vila Nova de Famalicão	247,4	295,6	19,48
Sta Mª Feira	246	294,8	19,82
Barcelos	223,5	256,7	14,85
Santo Tirso	215,6	167,9	-22,12
Barreiro	210,8	178,3	-15,42
Maia	209,8	284,5	35,61
Viseu	205,6	232	12,84
Viana do Castelo	203	211,7	4,29
Aveiro	185	202,1	9,24
Torres Vedras	181,8	200,8	10,45
Santarém	170,7	172,5	1,05
Figueira da Foz	169,6	185,3	9,26
Valongo	165,1	176,2	6,72
Faro	162,3	177,9	9,61
Oliveira de Azeméis	156	165,5	6,09
Évora	155,9	168,5	8,08
Castelo Branco	155,5	157,4	1,22
Vila do Conde	153,1	168,8	10,25
Póvoa de Varzim	146,4	143,6	-1,91
Paredes	146,3	166,8	14,01
Covilhã	143,1	146,3	2,24
Penafiel	141,1	155,9	10,57
Caldas da Rainha	125,5	140,1	11,63
Portimão	125	139,5	11,6
Vila Real	124	128,9	3,96
Abrantes	120,9	120	-0,74
Tomar	120,5	120	-0,41
Guarda	120,1	133,3	10,99
Beja	118,1	115,9	-1,86
Chaves	111,9	106,7	-4,65
Montijo	111,2	115,9	4,23
Fafe	110,8	125,3	13,09
Torres Novas	110	106,2	-3,45
Espinho	97,3	85,3	-12,33
Bragança	97	106	9,28
Olhão	96,8	100,8	4,13
Marinha Grande	93,9	99,7	6,18
Portalegre	90,9	85,8	-5,61
Lamego	85,8	79	-7,93
Mirandela	73,1	76,9	5,2
São João da Madeira	71,9	76,9	6,95
Peso da Régua	66,6	60,8	-8,71
Entroncamento	59,2	57,4	-3,04
Odivelas	*	273,4	

* Como o concelho só foi criado em 1998 apenas se incluiu a informação de 2004.

com maior qualidade de vida. Lisboa, com cerca de 2118,7 e Porto, com 857,5, o que em valores absolutos significa ocuparem o primeiro e segundo lugares, muito afastados dos que ocupam os lugares imediatos. Mas esta realidade pode esconder algo bem mais distinto, pois ao analisarmos a dinâmica entre períodos constatamos que o Porto perdeu cerca de 10% da qualidade de vida que possuía em 1993 e Lisboa 9%. Destaque-se o facto de Lisboa em 1993 ter um índice de 2339 pontos, que em apenas 10 anos passa para 2118,7, o que significa uma perda de 220 pontos absolutos.

Por seu turno, os concelhos que permanecem em qualquer das datas com indicadores de qualidade de vida inferiores à média nacional podem ser divididos em dois grupos. O primeiro conjunto é formado por aqueles que, apesar de se posicionarem numa situação de desvantagem face à média, conseguiram atingir um ritmo positivo de crescimento, o que nos pode indicar a possibilidade de virem a ultrapassar a média nacional. Deste grupo fazem parte S. João da Madeira, Marinha Grande e Mirandela, com ganhos respectivos na ordem dos 7%, 6,2% e 5,2%, e ainda Bragança e Olhão, que entre 1993 e 2004 conseguiram superar a média nacional. No segundo grupo, temos os concelhos de Espinho, Peso da Régua, Lamego, Portalegre e Entroncamento, que no início do período já se situavam abaixo da média, mas que viram a sua situação agravar-se nos anos 90, tais foram as perdas sofridas no indicador de qualidade de vida. Neste grupo há que destacar pela negativa o concelho do Entroncamento, que possui quase metade da qualidade de vida nacional e que em cada ano que passa perde um terço de ponto percentual neste indicador. Estes concelhos terão que arranjar soluções alternativas, para conseguirem inverter a tendência da última década e potenciar o seu crescimento integrado no futuro próximo. Um sinal positivo é que dos 58 concelhos estudados apenas 18 estão em decréscimo claro, ou seja, o desempenho geral destes concelho é positivo com cerca de 70% dos concelhos, facto que dá sinais positivos claros para o futuro dos centros urbanos que aí se localizam.

No que diz respeito ao posicionamento dos concelhos que albergam cidades médias, podemos considerar que efectivamente constituem pólos que têm revelado potencialidades de crescimento, uma vez que num total de 40, apenas 12 viram o índice de qualidade de vida decrescer entre os dois anos considerados. E destes, apenas seis apresentam níveis de qualidade de vida abaixo da média nacional: Portalegre, Lamego, Mirandela, S. João da Madeira, Peso da Régua e Entroncamento. Os casos de Coimbra, Santo Tirso, Tomar, Beja, Chaves, Torres Novas e

Abrantes são distintos. Embora o seu índice seja superior a 100, nesses centros a qualidade de vida piorou nos anos 90. Repare-se, por outro lado, no caso de Bragança, cidade situada no interior norte, e que regista uma variação positiva de cerca de 9%, o que lhe permite inverter a posição inferior à média nacional. Este é um claro exemplo de um centro urbano localizado numa região onde os fenómenos do envelhecimento e do despovoamento têm contornos acentuados e que tem conseguido congregar sinergias de crescimento. Algo oposto ao que se observa em Chaves e Mirandela, espaços muito próximos de Bragança. Mas esta tendência não é única no panorama nacional. Veja-se o percurso de Vila Real, que também cresce, ao contrário das vizinhas Lamego e Peso da Régua. Aliás dos centros urbanos mais interiores, para além dos já identificados, só Beja e Portalegre, embora com características diferentes, viram piorar a sua posição no *ranking*.

Apesar de não constituírem, em termos demográficos, económicos e sociais um grupo homogéneo, as cidades médias podem na generalidade ser consideradas pólos dinamizadores de desenvolvimento regional, sobretudo nas zonas interiores. Veja-se, por exemplo, a Guarda, Viseu, Évora, com variações muito positivas, a que podemos juntar Vila Real, Bragança, Castelo Branco ou a Covilhã, para só mencionar as que se localizam em áreas geográficas mais deprimidas demograficamente.

Podemos, portanto, notar uma tendência para um reordenamento do espaço urbano que, para além dos contornos específicos que giram à volta das Áreas Metropolitanas e da clara litoralização da urbanização, faz emergir um conjunto de centros que têm revelado capacidade de atracção e retenção de iniciativas e de recursos (Figura 2). Neste início do século XXI, eles são susceptíveis de actuar como catalizadores das áreas envolventes, nomeadamente naquelas que fazem parte do «país sonolento», se quisermos utilizar a expressão de Ferrão (2003: 24).

BIBLIOGRAFIA

- MARTINS, M.M.F.: (2003) « O crescimento da produtividade da indústria Portuguesa no século XX », Porto, CEMPRES. Faculdade de Economia. Universidade do Porto.
- ALBERGARIA, H. (1999): «A dinâmica populacional das cidades do continente português», *Revista de Estatística*, N° 11 (www.ine.pt/prodserv/estudos/ficha.asp?x_estudoid=157).

- ALMEIDA A.B. NUNES DE, «Portuguese Urban System, 1890-1991» (1996): P. TELHADO PEREIRA, M^a EUGÉNIA MATA, *Urban Dominance and Labour Market differentiation of an european capital city. Lisbon 1890-1990*, Massachusetts, Kluwer Academic Publishers, pp. 7-47.
- (1989): *A rede urbana portuguesa e o moderno crescimento económico*, Lisboa, Provas Complementar de Doutoramento, ISEG.
- BAPTISTA, L. (1994), «Dominação demográfica no contexto do século XX português», *Sociologia. Problemas e Práticas*, Lisboa, nº15.
- TODRIGUES TERESA (1995): «Dinâmica Populacional e Densificação Urbana: o município de Lisboa nos séculos XIX e XX», in *I^o Colóquio Temático O Município de Lisboa e a Dinâmica Urbana (Séculos XVI-XX)*, Lisboa, pp. 49-54.
- BOUROCHE, J. e SAPORTA, G. (2002): *L'Analyse des Données*, Paris, Press Universitaires de France.
- BRANCO, J. (2004): *Uma introdução à análise de clusters*, Évora, Sociedade Portuguesa de Estatística.
- FERRÃO, J. (2003), «Dinâmicas territoriais e trajetórias de desenvolvimento. Portugal 1991-2001», *Revista de Estudos Demográficos*, 34, pp. 17-25.
- FONSECA, M.L. (1990): *População e território – do país à Área Metropolitana*, Lisboa, Centro de Estudos GeoGráficos.
- FONSECA, P. (2002): «Índices de Desenvolvimento Concelhio», *Revista de Estatística*, Instituto Nacional de Estatística, Volume II.
- GOMES, P. J. (1993): *Análise de Dados*, Lisboa, ISEGI – Universidade Nova de Lisboa.
- INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA (1999). *Nomenclaturas Territoriais 1998: Designações e código*, Lisboa. INE.
- (2004): *Atlas das Cidades de Portugal*, Lisboa, INE.
- JOHNSON, R. A. e WICHERN, D. W. (2002): *Applied Multivariate Statistical Analysis* (5th ed.). New Jersey, Prentice-Hall.
- JUSTINO, D. (1988): *A Formação do Espaço Económico Nacional*, Lisboa, Veja, vol. II.
- KAUFMAN, L. e ROUSSEUX, P. J. (1990): *Finding Groups in Data: An Introduction to Cluster Analysis* (9th ed.), John Wiley & Sons.
- LEBART, L., MORINEAU, A. e PIRON, M. (2000): *Statistique Exploratoire Multidimensionnelle* (3^e éd.), Paris, Dunod.
- LEITE, J. DA COSTA (2005): «População e Crescimento Económico», P. Lains e A. Silva (org.) *História Económica de Portugal 1700-2000*, II, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais, 43-77.
- MARQUES, T. SÁ (2006), «Sistema urbano e territórios em transformação» » in Teresa Barata Salgueiro, João Ferrão (coord), *Sociedade, paisagens e cidades*, Lisboa, Círculo dos Leitores, Col. Carlos Alberto Medeiros (Dir), *Geografia de Portugal*, II Vol., pp.190-210.
- MOREIRA, M. J. GUARDADO, RODRIGUES, T. (2008), «As Regionalidades Demográficas do Portugal Contemporâneo», *Working Papers CEPESE* (<http://cepe-se.up.pt/ficheiros/WP%20TRodrigues.pdf>).

- MURTEIRA, B., RIBEIRO, C. S., SILVA, J. A. e PIMENTA, C. (2002): *Introdução à Estatística*, McGraw-Hill.
- PEREIRA L. N., CHORÃO L. R. (2009): «Avaliação de qualidade de vida e bem-estar» in Teresa Rodrigues, João Teixeira Lopes, Luís Baptista, M^a João Guardado Moreira (coord.), *Regionalidade Demográfica e Diversidade Social*, Porto, Ed. Afrontamento, 129-151.
- QUATERNÁRIO PORTUGAL (1997): *Sistema urbano nacional – cidades médias e dinâmicas territoriais*, Lisboa, Direcção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano, 2 vol.
- RIBEIRO, O. (1968): «Cidade» in *Dicionário de História de Portugal*, dir. Joel Serrão, Lisboa, Iniciativas Editoriais, vol I, pp.574-580.
- RODRIGUES, T. et alii (2008): *A População Portuguesa. Das longas permanências à conquista da modernidade*, Porto, Ed. Afrontamento.
- PINTO M. L. ROCHA (1996): «O crescimento urbano no Portugal oitocentista», in *Revista de Estudos de População e Sociedade*, Porto, n^o2, pp.131-145.
- PINTO M. L. ROCHA (1998): «A evolução urbana em Portugal no último século (1890-1991).», in *Revista de Estudos de População e Sociedade*, Porto, n^o 3, pp. 7-22.
- SALGUEIRO, T. B. (1992): *A Cidade em Portugal*, Porto, Edições Afrontamento.
- (2006):«Problemas em torno de um conceito complexo» in Teresa Barata Salgueiro, João Ferrão (coord), *Sociedade, paisagens e cidades*, Lisboa, Círculo dos Leitores, Col. Carlos Alberto Medeiros (Dir), *Geografia de Portugal*, II Vol., pp.176-189.
- SILVA Á. FERREIRA DA (1997): «A evolução da rede urbana portuguesa (1801-1940)», *Análise Social*, vol.XXXII, (4^o-5^o), pp. 779-814.
- SPSS (1991): *Statistical Algorithms* (2nd ed.), SPSS Inc.
- VIEIRA A. LOPES (1978): «Noções operatórias sobre cidade, população urbana e população rural», *Revista de História Económica e Social*, Lisboa, Sá da Costa Ed., n^o1, pp.105-128.

